



Sindimetal/PR - Notícias



01 DE DEZEMBRO 2008

Segunda-feira

- SINDIMETAL-PR FIRMA TERMO DE COMPROMISSO / PRÉ-ACORDO COM FEDERAÇÃO E SINDICATO DOS TRABALHADORES
- CONSTRUTORAS E SETOR METALÚRGICO INICIAM CICLO DE DEMISSÕES
- MONTADORAS VÃO DEIXAR DE PRODUZIR 200 MIL CARROS
- VOLVO ESTUDA DEMITIR PARA AJUSTAR PRODUÇÃO NO BRASIL
- MERCADO DE CARROS NOVOS REAGE NO SUL E SUDESTE
- THYSSEN PREVÊ FORTE QUEDA DE VENDAS E CORTA CUSTOS EM € 1 BI
- CSN DECIDIRÁ SOBRE CORTES APENAS NO PRÓXIMO ANO
- DEMANDA FRACA FAZ CAIR PRODUÇÃO DE FERRO-GUSA
- PRIMEIRO PLANO - INDÚSTRIA PERDERÁ MAIS VAGAS
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL REGISTRA LIGEIRA ALTA, MAS JÁ DÁ SINAIS DE DESACELERAÇÃO
- REFORMA TRIBUTÁRIA SÓ EM 2009
- A CRIAÇÃO DO IVA E A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
- VAGAS SERÃO MAIS ESCASSAS NA INDÚSTRIA DO QUE NO COMÉRCIO

Câmbio		
Em 26/11/2008		
	Compra	Venda
Dólar	2,332	2,333
Euro	2,960	2,962

SINDIMETAL-PR FIRMA TERMO DE COMPROMISSO / PRÉ-ACORDO COM FEDERAÇÃO E SINDICATO DOS TRABALHADORES

28/11/2008 – SINDIMETAL/PR

O SINDIMETAL-PR firmou Termo de Compromisso / Pré-Acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e com a Federação dos Metalúrgicos do Paraná. Tais termos têm por função registrar o resultado das negociações coletivas até que seja divulgado, pelo IBGE, o índice que permitirá a formalização das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

- [Clique aqui](#) para visualizar o Termo de Compromisso / Pré-Acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba;

- [Clique aqui](#) para visualizar o Termo de Compromisso / Pré-Acordo com a Federação dos Metalúrgicos do Paraná.

O Departamento jurídico do SINDIMETAL-PR encontra-se à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, através do telefone (41) 3218-3935 ou pelo e-mail: gerencia@sindimetal.com.br

CONSTRUTORAS E SETOR METALÚRGICO INICIAM CICLO DE DEMISSÕES

01/12/2008 – Valor Econômico

Luiz Amador da Silva trabalhou por 15 anos na Grande São Paulo, os últimos três anos na construção civil, na MVG Engenharia e Construção, de Guarulhos. Ele e a esposa estão desempregados e decidiram voltar para Lajedo, interior de Pernambuco, onde pretendem montar um pequeno negócio com o resgate do FGTS. Na quarta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP) assinou a homologação da carteira de Silva. "Vou para o Norte trabalhar para mim. Deus queira que dê tudo certo", roga ele. Edmilson Santos Ferreira, Manoel Zito e Gilberto Oliveira da Silva também tiveram as carteiras de trabalho homologadas no mesmo dia. Os três estavam entre sete trabalhadores demitidos pela empresa Fr Instalações e Construções, que reduziu o número de empregados. Ferreira, de 29 anos e há dez em São Paulo, decidiu passar o fim do ano em sua terra natal, Vitória da Conquista (BA) e buscar emprego na capital paulista em janeiro.

Marisa Cauduro/Valor



Luiz Amador da Silva, trabalhador demitido na construção civil, em São Paulo: planos para abrir um pequeno negócio

Zito também volta no Natal para Seabra (BA), na Chapada Diamantina, para visitar os familiares que não vê há oito anos, desde que veio para São Paulo. Ele e a esposa vão "se virar" fazendo bicos até conseguir um trabalho fixo. "A crise não preocupa porque o brasileiro sabe se virar de uma forma ou de outra", diz Zito. Dos trabalhadores que passaram pelo sindicato naquela tarde, apenas Silva já havia conseguido um novo trabalho, na empresa Cimatti, com o mesmo salário, próximo a R\$ 800 por mês. "Ainda tem muita empresa contratando. Se Deus quiser vai continuar assim", afirmou.

Nos últimos dois anos, o setor imobiliário apresentou crescimentos superiores a 10% e fez crescer nos empregados da construção civil a confiança de que o mercado de trabalho se manteria aquecido de modo indeterminado. No entanto, a crise financeira externa, que a maioria dos trabalhadores vê pela televisão como uma realidade distante, já exerce efeitos sobre as construtoras, sobretudo as que abriram seu capital.

Os pedreiros e mestres de obra entrevistados vêem a onda de demissões no setor como mais uma redução sazonal, típica do período de chuvas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, Antonio de Sousa Ramalho, vê o cenário com preocupação. Ele estima que as demissões no setor da construção civil chegarão a 100 mil postos de trabalho, que não serão recuperados no próximo ano. Esse número corresponde a 4,5% do total de empregos na construção no país, hoje estimados em 2,2 milhões.

Apenas em São Paulo, o número de homologações passou de 150 por semana em outubro para 130 por dia. A homologação só é feita quando o empregado permaneceu mais de um ano na empresa. No dia em que a reportagem do Valor esteve no Sindicato, foram efetuadas 140 homologações. "A gente sabe que muita coisa que acontece não é resultado da crise. Afinal, os apartamentos que já foram vendidos têm que ser construídos e entregues, e temos as obras do PAC e para a Copa de 2014. Existe um pouco de exagero nestas demissões e isso é ruim para todo mundo", observou Ramalho.

No setor da construção pesada, as obras seguem em ritmo normal e sem sinais de demissões, afirma o presidente do sindicato em São Paulo, Wilmar Gomes dos Santos. "As obras do PAC continuam. O Serra também diz que garante os investimentos em São Paulo. As obras em andamento devem ter continuidade, mas as que começam em 2009 preocupam", afirma Santos. O setor da construção pesada emprega 120 mil trabalhadores em São Paulo.

O impacto da crise sobre o emprego mostra-se forte em segmentos que até setembro encontravam dificuldade em preencher as vagas com pessoal qualificado. Além da construção civil, o setor automotivo, também altamente dependentes da oferta de crédito no país, inicia o ciclo de demissões.

No Rio Grande do Sul, o número de demissões homologadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul cresceu 40% em novembro, em relação a igual mês de 2007 e chegou a 730. Para dezembro, outras 522 estavam agendadas e a entidade decidiu suspender as homologações até a reunião com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas da cidade, informou o vice-presidente Leandro Velho.

Segundo ele, há cerca de 48 mil metalúrgicos na região e as demissões ocorrem principalmente em empresas de médio porte, que poderiam estar usando a crise como "desculpa" para substituir funcionários por outros com salários mais baixos. O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Oscar de Azevedo, disse que a entidade não tem números a respeito do assunto, mas há 30 dias percebeu uma redução acentuada no número de contratações, que beirava as 500 por mês. O setor, disse, vem sendo prejudicado pela dificuldade no repasse de financiamentos, inclusive do Fname.

Na região de Campinas, o Sindicato dos Metalúrgicos registrou em novembro 940 demissões em cinco empresas. O caso mais grave, diz o presidente do sindicato, Jair dos Santos, ocorreu na empresa de equipamentos de telefonia Foxconn, que anunciou

o corte de 1 mil funcionários. Após paralisação da fábrica de Indaiatuba e uma rodada de negociações com o sindicato, o número foi revisto para 560. "Agora a fábrica entra de férias e, pelo menos até janeiro, se se comprometeu a não efetuar outros cortes", informa Santos.

O sindicalista observa que o primeiro sintoma da crise foi o fim da realização de horas extras e o anúncio das férias coletivas, que não eram adotadas pelas empresas da região desde 2002. "A indústria metal-mecânica está globalizada no processo produtivo. A crise na montadora da GM nos Estados Unidos afeta diretamente a produção no Brasil. A crise da Sony Ericsson na Europa afeta a produção de componentes feita aqui na região", argumenta Santos.

Na Bahia, onde 30% da produção é voltada para exportações, o anúncio das férias coletivas também foi recebido com receio pelos 8,8 mil metalúrgicos. Marcos Vinicius Pereira dos Santos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, observou que ainda não há indício de cortes, mas a produção de automóveis, que era de 912 unidades/dia, já teve redução drástica.

Em Taubaté (SP), informa o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Isaac Jarbas do Carmo, a maioria das fábricas de autopeças já iniciou ou enviou aviso de férias coletivas por conta das férias anunciadas por Renault e General Motors. "As empresas estão preferindo não renovar o contrato dos trabalhadores temporários, que tinham expectativa de efetivação", observa. No ABC, ainda não há indicativos de demissões, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos.

No Rio de Janeiro, as empresas do setor de metalurgia começam a reduzir investimentos e as jornadas de trabalho, diz o presidente da Força Sindical no Estado, Francisco Dal Prá. "Um problema sério no Rio é a construção naval. Em Niterói e no Rio há ameaças de demissões", ressalta. A Força Sindical vai se reunir com Petrobras, BNDES e governo para negociar a vinda de investimentos no setor naval para o Estado. O setor gera no Rio de Janeiro 20 mil empregos diretos.

Até o mercado de estágios foi influenciado pela crise financeira e por uma mudança na legislação em setembro, que garante aos estudantes além da bolsa-auxílio, o direito a férias e ao auxílio-transporte. Segundo o Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube), houve redução de 60 mil vagas em outubro em relação a setembro, para 1,04 milhão em todo o país. "Novembro talvez tenha um resultado pior. O mercado está muito conservador. As empresas estão congelando vagas e existe uma mistura de problemas", afirma Carlos Henrique Mencaci, presidente do Nube.

Além da instabilidade financeira, ele observa que a lei obriga as empresas a ter um número de estagiários do ensino médio equivalente a no máximo 20% do total de trabalhadores. "Isso impactou muito as pequenas e médias empresas, que têm estagiários acima desse percentual", diz. (Colaborou Sérgio Bueno, de Porto Alegre)

MONTADORAS VÃO DEIXAR DE PRODUZIR 200 MIL CARROS

29/11/2008 – O Estado do Paraná

A indústria automobilística brasileira, sexta maior no ranking mundial, vai deixar de produzir, por causa das férias coletivas de novembro e dezembro, cerca de 200 mil carros. Isso equivale a dois terços do ritmo de produção mensal que vinha sendo registrado antes da crise global - em setembro, quando os reflexos da crise no País ainda eram pequenos, foram produzidos 300 mil veículos.

A conta leva em consideração os dias úteis em que as linhas de montagem ficarão desativadas e toma como média diária de produção os volumes dos dez meses deste ano, confirmados pelas montadoras, e as programações previstas para novembro e dezembro. As quatro maiores montadoras - Fiat, Volkswagen, General Motors e Ford - respondem por cerca de 70% da produção brasileira. Com as paradas das linhas por períodos mais longos do que os previstos antes da crise, as montadoras não vão atingir a meta de produção prevista para este ano, que era de 3,4 milhões de veículos.

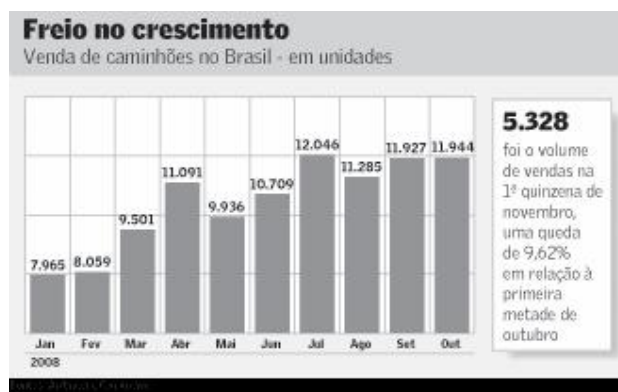
Com o anúncio, na quinta-feira, das férias coletivas na Mercedes-Benz e na Volkswagen Caminhões, já chega a aproximadamente 75 mil o total de trabalhadores das montadoras que ficarão em casa por prazos diferentes nesse fim de ano - quase 60% de toda a força de trabalho do setor. Fornecedores de autopeças, que, juntos, empregam 231,2 mil trabalhadores, também devem seguir as montadoras nas paralisações. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

VOLVO ESTUDA DEMITIR PARA AJUSTAR PRODUÇÃO NO BRASIL

01/12/2008 – Valor Econômico - Marli Lima e Marli Olmos

A Volvo do Brasil, que fabrica ônibus, caminhões, cabines e blocos de motor em Curitiba (PR), vai anunciar hoje aos empregados medidas para ajustar a produção, que está acima da demanda prevista para os próximos meses. Nos últimos dias a diretoria da montadora fez reuniões para tratar do assunto e analisou diversas possibilidades, como concessão de férias coletivas, uso do banco de horas e também demissões. A unidade é fornecedora global de componentes, mas as exportações perderam o ritmo.

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Nelson Silva de Souza, adiantou que a montadora não planeja renovar os contratos temporários com vencimento em novembro e dezembro, o que deve resultar na dispensa de 260 pessoas. Souza contou também que já estão certas férias coletivas que variam de dez a 30 dias, de acordo com a área, mas o sindicalista teme cortes nos trabalhadores efetivos. Souza deixa claro que essa idéia terá forte oposição do sindicato. "Temos de discutir isso, porque foi um ano de produção recorde", diz.



A fábrica trabalha com um turno para a unidade de ônibus e, desde agosto, adotou dois turnos para atender as encomendas de caminhões. Para cabines, que seguem para várias partes do mundo, e blocos de motor, que tem os Estados Unidos como principal destino, ela opera em três turnos. Ao todo 2,8 mil pessoas trabalham na unidade.

No início de novembro, quando lançou um novo modelo de caminhão pesado, o presidente da subsidiária, Tommy Svensson, afirmou estar otimista mesmo com o cenário de crise, porque em outubro a montadora sueca bateu recorde com o faturamento de 1.037 unidades e ele adiantou que não esperava número muito diferente para novembro. "A meta para 2008 é vender mais de 10 mil caminhões, fora as exportações, que chegam a 25% da produção e são absorvidas por países da América Latina." Na ocasião, Svensson prometeu anunciar novo plano de investimentos no começo de 2009, embora já trabalhasse com redução de até 10% do mercado.

Desde o início da crise, nenhuma montadora demitiu. No caso da Volvo, ela enfrenta o mesmo problema de outros dois fabricantes de carros - General Motors e PSA Peugeot Citroën. As três contrataram em regime temporário para poder abrir novos turnos. O nível de emprego na indústria automobilística em outubro foi 11% maior do que há um ano.

A retração nas vendas de caminhões demonstra que a crise não se limita à falta de crédito para comprar carros de passeio. A Iveco, uma empresa do grupo Fiat que produz caminhões, decidiu interromper a produção durante um mês inteiro, embora por meio da assessoria de imprensa a montadora sustente que trata-se de uma paralisação normal.

O número de licenciamentos de caminhões na primeira metade de novembro caiu 9,62% na comparação com igual período de outubro.

Na fábrica da General Motors em São Caetano do Sul (SP), depois de um período de férias coletivas de 10 dias, os funcionários voltaram para casa na quarta-feira passada. A empresa alega que precisou fazer uma parada "pontual" de três dias.

MERCADO DE CARROS NOVOS REAGE NO SUL E SUDESTE

28/11/2008 – Gazeta Mercantil - Sonia Moraes e Norberto Staviski

São Paulo e Curitiba, 28 de Novembro de 2008 - O mercado de automóveis dá sinais de reação após a liberação por parte do governo de R\$ 8 bilhões para os bancos das montadoras. O Grupo Viamar, que comercializa veículos Chevrolet, está confiante com a volta dos clientes e aumento das consultas via internet. "Depois da forte retração em outubro, já estamos sentindo que os negócios caminham para normalização", disse Mauro Cogo, gerente de vendas. O Grupo Viamar vendeu até outubro 11,31 mil automóveis - 75% modelos populares.

O Grupo Servopa, o maior do Sul no segmento de concessionárias de veículos, com as marcas Volkswagen - automóveis, caminhões e ônibus -, Honda - automóveis e motocicletas -, Audi, Peugeot e Hyundai, no Paraná e Rio Grande do Sul, já normalizou vendas nos últimos 15 dias. "O consumidor está voltando", afirmou o diretor comercial da Servopa, Marco Antônio Rossi. A Sabrico, que revende veículos Volkswagen, informou que a situação está se normalizando e que pretende vender 15,5 mil carros este ano - 19,23% a mais que em 2007.

C5(Gazeta Mercantil/1ª Página - Pág. 1)(Sonia Moraes e Norberto Staviski)

THYSSEN PREVÊ FORTE QUEDA DE VENDAS E CORTA CUSTOS EM € 1 BI

01/12/2008 – Gazeta Mercantil

Frankfurt, Londres e Redação, 1 de Dezembro de 2008 - O grupo siderúrgico alemão ThyssenKrupp disse que vai reduzir custos em mais de € 1 bilhão (US\$ 1,3 bilhão). A decisão é motivada pela previsão, por parte da empresa, de uma queda "significativa" das vendas de aço neste ano fiscal, devido ao enfraquecimento da demanda pelas montadoras e construtoras.

"Vamos ter uma queda significativa nas vendas, cujo volume não pode ser avaliado. Isso terá um efeito correspondente sobre os lucros", disse Ekkehard Schulz, presidente do conselho administrativo da ThyssenKrupp, durante apresentação realizada em Essen, na Alemanha. "A queda vertical da economia e seus reflexos sobre as montadoras, fabricantes de máquinas e empresas de construção civil também deixarão marcas na ThyssenKrupp."

Os preços do aço subiram para um recorde em setembro, antes de despencarem neste trimestre, com a desaceleração do ritmo de crescimento mundial. Em reação, a ThyssenKrupp está fechando fábricas e reduzindo os turnos de trabalho. Schulz disse que as férias coletivas de quatro unidades de produção de aço inoxidável serão prorrogadas para meados de janeiro, com o enfraquecimento da demanda. As unidades ficarão fechadas a partir de meados de dezembro. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 8) (Bloomberg News e Redação)

CSN DECIDIRÁ SOBRE CORTES APENAS NO PRÓXIMO ANO

27/11/2008 – Gazeta Mercantil – Ana Paula Machado

São Paulo, 27 de Novembro de 2008 - Na contramão das empresas do setor no País, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está mais otimista e postergou para o próximo ano a decisão sobre o eventual corte na produção de aço de modo a se adequar à demanda em baixa. O presidente da empresa, Benjamin Steinbruch, disse que a companhia está trabalhando em toda a sua capacidade até o final deste ano. "Não há paradas programadas que afetem a produção", afirmou o executivo. "Somente em janeiro vamos avaliar qual se haverá revisão da produção para 2009", disse.

A estimativa inicial da CSN é uma produção no próximo ano de seis milhões de toneladas de aço líquido e 40 milhões de toneladas de minério de ferro. "Estamos trabalhando cheio na mina e na usina", ressaltou.

De acordo com Steinbruch, toda a matéria-prima já adquirida pela companhia será utilizada ainda neste ano. "O preço dos insumos caiu nos últimos meses e temos de terminar com o nosso estoque. Se não fizermos isso vamos perder dinheiro", afirmou o executivo.

O presidente da companhia ressaltou que a única parada programada da CSN será na parte administrativa da empresa. "Do dia 20 de dezembro a 5 de janeiro teremos férias coletivas. Mas isso não influenciará em nada a produção. Não vamos parar este ano", disse Steinbruch.

A posição da CSN é diferente das suas principais concorrentes. No País, a primeira siderúrgica a anunciar a redução da produção foi a ArcelorMittal. A unidade de Tubarão (ES) informou em 6 de novembro que iria cortar temporariamente a produção em cerca de 35% para "adequá-la ao nível atual de consumo do mercado". Apesar de ter anunciado a redução apenas em novembro, desde a primeira quinzena de setembro a operação da unidade já havia desacelerado. Com a diminuição do

volume de compras e a postergação da entrega de pedidos por parte dos principais clientes internacionais, a redução da produção foi acentuada. Como parte dessa redução, a companhia decidiu antecipar a parada para manutenção de um alto-forno, anteriormente prevista para 2011.

A Usiminas também antecipou parada de manutenção de alto-forno na unidade de Ipatinga, que a partir de dezembro operará com apenas um dos fornos, informou a empresa na semana passada. Ontem foi a vez da Gerdau anunciar redução da produção, também com a paralisação de um dos alto-fornos na Açominas, a partir de 15 de dezembro, bem como com a paralisação na Siderperú.

Colaborou Luciana Collet

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 2)(Ana Paula Machado)

DEMANDA FRACA FAZ CAIR PRODUÇÃO DE FERRO-GUSA

01/12/2008 – Gazeta do Povo

Animados com os preços cada vez maiores do ferro-gusa, matéria-prima para a fabricação do aço, no mercado internacional, os produtores brasileiros passaram praticamente todo o primeiro semestre investindo em aumento de produção e contratando mais empregados. Fornos que estavam há anos desativados foram religados. Em julho, o preço da tonelada do produto atingiu o patamar recorde de US\$ 830. A crise econômica global, no entanto, mudou completamente a perspectiva dessas empresas.

Na semana passada, o diretor da mineradora MMX afirmou que nada menos que 103 dos 161 fornos de ferro-gusa existentes no Brasil estavam parados. "Nos últimos 60 dias o mercado de ferro-gusa está congelado", disse. A própria MMX iria paralisar a operação da sua unidade de ferro-gusa em Corumbá (MS). A maior parte da produção de gusa da empresa, que chegou a 185 mil toneladas de janeiro a setembro, é destinada ao mercado externo.

A retração no setor, provocada pela queda na demanda internacional, é sentida principalmente em Minas Gerais, estado que concentra cerca de 70% da produção nacional de gusa. Historicamente, metade da produção mineira é exportada, principalmente para os Estados Unidos. O mercado interno não é tão grande, já que as grandes siderúrgicas brasileiras produzem seu próprio gusa. "O gusa recebe o impacto no peito", diz o presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro de Minas Gerais (Sindifer-MG), Paulino Cícero. Sindicatos de cidades das regiões central e centro-oeste do estado estimam, em um cálculo considerado otimista, um corte de aproximadamente 10% no total de 20 mil empregos diretos do setor.

Embora acostumado às oscilações, o setor vive sua maior crise nos últimos dez anos, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sete Lagoas, Ernane Geraldo Dias. "Eu nunca tinha visto nada igual", disse. "Desta vez, a coisa está de parar mesmo.

Estoque alto

A siderúrgica Siderpa é um exemplo claro dessa situação. Em abril, a empresa religou um alto-forno que estava parado havia dois anos, contratou funcionários e aumentou sua produção em 8 mil toneladas por mês. Em outubro, teve de desligar o forno

novamente. No pátio, aproximadamente 16 mil toneladas do produto estavam estocadas. Normalmente, o estoque atinge no máximo 8 mil toneladas.

De acordo com o proprietário da fábrica, Afonso Paulino, a Siderpa destina para o exterior 60% de sua produção, que foi reduzida de 220 mil toneladas/ano para 130 mil toneladas com o desligamento de um alto-forno. Estados Unidos, Japão e países europeus são os principais mercados da empresa, que também enfrenta concorrência de fabricantes da Ucrânia, Rússia e África do Sul.

PRIMEIRO PLANO - INDÚSTRIA PERDERÁ MAIS VAGAS

01/12/2008 – Gazeta Mercantil

A indústria perderá mais postos de trabalho que o comércio, na avaliação de analistas. A crise impõe ao setor industrial duplo impacto por conta da queda nas exportações associada à desaceleração interna.

a6(Gazeta Mercantil/1ª Página - Pág. 1)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL REGISTRA LIGEIRA ALTA, MAS JÁ DÁ SINAIS DE DESACELERAÇÃO

28/11/2008 – Agência CNI

O Indicador do Nível de Atividade (INA) da indústria paulista, divulgado nesta sexta-feira, 28 de novembro, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) apresentou alta de 0,2% em outubro em comparação a setembro. Sem ajuste sazonal, a expansão foi de 3,4%.

Na comparação com outubro do ano passado o incremento foi de 4,6% enquanto no acumulado do ano, o crescimento é de 7,5% em comparação ao mesmo período de 2007. Nos últimos 12 meses, a produção registrou avanço de 7,7%.

“O resultado de outubro foi razoável dada à atmosfera de crise, mas a tendência é de decréscimo para os próximos meses. Estamos a beira de um processo da redução da atividade econômica”, avaliou o diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP, Paulo Francini.

De acordo com ele, a retração ainda não foi sentida em outubro devido ao crescimento expressivo de 4,7%, sem ajuste sazonal, das vendas reais. “O resultado é bastante expressivo e altamente influenciado pelo ganho cambial das vendas externas. Enquanto as vendas internas foram responsáveis pelo crescimento de 2,8%, as externas, medidas em reais, subiram 15%”.

Entre os setores analisados que obtiveram crescimento, destaque para Alimentos e Bebidas, que sem ajuste sazonal, o incremento foi de 6,3% e com ajuste, 3,6%. A recuperação do setor, segundo Francini foi causada pela redução dos preços dos alimentos ocorrida no mercado internacional. Outro setor com forte expansão é o de Veículos Automotores com alta de 7,4% sem ajuste e 1,4% com ajuste. Entre os setores em queda está o de Produtos Químicos, Petroquímicos e Farmacêuticos, com baixa de (-3,1%), com ajuste e zero, sem ajuste.

A FIESP também divulgou na última quinta-feira, o Sensor de novembro. O indicador que mede a atividade da indústria no mês de coleta de dados, aponta a preocupação do empresariado paulista. Todos os itens - Mercado, Vendas, Estoque, Emprego e

Investimentos ficaram abaixo do patamar 50. "Os números são prenúncio que a atividade vai se reduzir", avaliou Francini.

REFORMA TRIBUTÁRIA SÓ EM 2009

28/11/2008 – Gazeta do Povo

Sem conseguir fechar um acordo com os governadores e a oposição, o governo federal vê se distanciar a possibilidade de votar a reforma tributária na Câmara dos Deputados ainda neste ano. Ontem, os líderes da oposição apresentaram aos governistas uma proposta para adiar a votação da reforma para março do ano que vem. Eles querem criar um grupo de trabalho para analisar e modificar o texto do relator da proposta, Sandro Mabel (PR-GO). O texto foi aprovado na semana passada pela Comissão Especial da Reforma Tributária.

A resposta do governo deve sair na terça-feira. "Nós vamos ter que fazer uma avaliação sobre os pontos questionados pela oposição e, por isso, pedimos o prazo até terça-feira para ver se será possível atender alguma coisa, ou não", informou o vice-líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR). Barros adiantou que o governo só aceitará modificações se tiver garantias de que a proposta de emenda constitucional (PEC) será votada em março. "Não adianta pedir para adiar e chegar em março e não votar novamente a proposta."

Sem ter conquistado um entendimento amplo com os parlamentares, o governo ainda não conseguiu votos suficientes para a aprovação da PEC. Embora não admitam publicamente, nos bastidores os governistas reconhecem que hoje não têm os 308 votos necessários para aprovar a reforma – o que também empurra a votação para 2009. Sem ter certeza de vitória, o governo dificilmente colocará a PEC para votação em plenário.

O calendário também é desfavorável ao governo. Como o Senado aprovou duas medidas provisórias de reajustes nos salários dos funcionários públicos que chegam à Câmara, trancando a pauta de votações, a reforma teria pouco tempo de ser votada até o recesso parlamentar, que começa no fim de dezembro. Além disso, a prioridade da Câmara é a votação do Orçamento da União para 2009.

Os governadores da Região Sudeste, capitaneados por São Paulo, são outro empecilho para a aprovação da reforma tributária ainda em 2008. Eles querem que o debate sobre a PEC seja adiado enquanto durar a crise econômica mundial. São Paulo defende ainda o aumento da alíquota de ICMS que será cobrada na origem de 2% para 4%. Os paulistas, como grandes produtores de mercadorias e serviços, querem aumentar sua arrecadação.

A posição paulista foi criticada pelo secretário da Fazenda do Paraná, Heron Arzua. "Os estados, inclusive São Paulo, são co-partícipes da reforma. É estranho agora que qualquer governo faça críticas ao projeto, isso para dizer o mínimo", disse. O governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT) também criticou a postura do governo paulista. "É legítimo que o estado de São Paulo tenha posição que reflita seus interesses. Agora, é preciso entender que o Brasil não é apenas São Paulo."

Déda esteve ontem em Brasília numa reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e outros governadores do Norte e Nordeste para discutir a reforma. No encontro, eles concordaram em apoiar a votação ainda em 2008. "Foi uma grita geral que precisa votar imediatamente. Os governadores, inclusive, saíram daqui com o

compromisso de articular suas bancadas. Portanto, a semana que vem será bem movimentada”, disse o relator da proposta, o deputado

A CRIAÇÃO DO IVA E A PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA

01/12/2008 – Valor Econômico - Solon Sehn

A cada nova edição do Diário Oficial da União, operadores do direito, contabilistas e contribuintes não-especializados são surpreendidos com sucessivas alterações no regime de incidência dos tributos no Brasil. Todas, em geral, marcadas por seu conteúdo casuístico ou decorrentes de medidas provisórias editadas sem a observância dos pressupostos constitucionais autorizadores. O volume e a velocidade das modificações são de tal ordem que, muitas vezes, se tem a nítida impressão de que o governo federal conduz sua política fiscal - se é que há uma - a partir do método da tentativa e do erro, sem qualquer planejamento ou comprometimento com postulados mínimos de coerência.



Um dos casos mais emblemáticos, sem dúvida, é o da Cofins. Desde 1991, quando o tributo foi instituído, seu regime jurídico-tributário vem adquirindo uma notável - e, sobretudo, injustificável - complexidade. Ao lado da Cofins "tradicional", cumulativa e incidente sobre o faturamento, o legislador estabeleceu uma Cofins não-cumulativa que incide sobre a receita bruta das pessoas jurídicas. E, como se não bastasse, tornando ainda mais confusa a disciplina do tributo, instituiu uma Cofins "monofásica", seguida, desde janeiro de 2004, de uma Cofins incidente sobre a importação de bens e serviços.

Sem se dar por satisfeito, o legislador avançou ainda mais. E sobre a mesma base de incidência da Cofins, resolveu exercer a plenitude de seu gênio criativo sobre o antigo PIS/Pasep. O tributo, instituído originariamente pelas Leis Complementares nº 7 e 8, de 1970, foi, então, desdobrado em cinco: o PIS/Pasep cumulativo incidente sobre o faturamento; o PIS/Pasep não-cumulativo incidente sobre a receita bruta; o PIS/Pasep incidente sobre a importação de bens e serviços; o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários; e o PIS/Pasep sobre a receita e transferências de pessoas jurídicas de direito público interno.

Trata-se, sem dúvida, de um quadro caótico - infelizmente, apenas um entre tantos outros - que ilustra a realidade lamentável do sistema tributário brasileiro. Por isso mesmo, vem em boa hora a iniciativa de unificação do PIS/Pasep e da Cofins - e também do salário-educação - em um único imposto sobre o valor adicionado federal - o IVA-F -, proposta na última versão do projeto de reforma tributária em trâmite no Congresso Nacional.

O novo imposto, porém, ainda é marcado por problemas do passado. A proposta insiste na vedação de crédito em operações sujeitas à alíquota zero, isenção, não-incidência e imunidade. Essa proibição, criada em 1983 pela chamada emenda "Passos Porto", como forma de aumento da arrecadação do então ICM, gera efeitos extremamente prejudiciais para a economia, desde o conhecido efeito cascata até a concorrência desleal entre os produtos importados e nacionais.

A emenda prevê ainda o chamado cálculo por dentro do IVA-F, mecanismo igualmente herdado do ICMS, no qual o valor do tributo integra a sua própria base de cálculo, gerando um alíquota real maior que a nominal. Com isso, aumenta-se a carga tributária de forma velada, ocultando o impacto efetivo do imposto, em prejuízo da transparência fiscal - um valor até hoje não realizado entre nós, embora previsto no parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição Federal.

O aspecto mais infeliz, no entanto, está na tentativa de se introduzir no texto constitucional uma definição especial de serviço para fins de incidência do IVA-F: considera-se prestação de serviço toda e qualquer operação que não constitua circulação ou transmissão de bens. Tal definição é completamente estranha ao campo do conhecimento jurídico. Além disso, colide diretamente com o conceito de serviço há muito adotado no direito privado e no direito tributário. Se aprovado, esse aspecto da proposta certamente será fonte de infindáveis questionamentos judiciais, prejudicando, inclusive, a interpretação do regime de incidência de outros tributos, como o ISS. Revela ainda a falta de técnica legislativa do projeto, fruto do crescente alijamento de juristas na elaboração de anteprojetos em matéria fiscal. Já nas primeiras lições de introdução ao estudo do direito, sabe-se que não é função do legislador formular conceitos ou definições - no caso, nitidamente motivadas por um escopo arrecadatório. Estes, na verdade, são construídos pela doutrina e pela jurisprudência a partir de uma interpretação sistemática do direito, seus institutos, regras e princípios. Não será a recente proposta de reforma tributária que poderá modificar essa realidade.

Poucas em número, mas significativas em sua extensão, tais deficiências precisam ser suprimidas da proposta de reforma tributária. Do contrário, o IVA-F deixará de ser um caminho para a simplificação fiscal para se converter em mais um instrumento de aumento da carga tributária e de violação de direitos constitucionais do contribuinte-cidadão.

Solon Sehn é advogado, mestre em direito tributário pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, professor da pós-graduação em direito tributário do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba) e autor do livro "Cofins incidente sobre a receita bruta" pela editora Quartier Latin

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VAGAS SERÃO MAIS ESCASSAS NA INDÚSTRIA DO QUE NO COMÉRCIO

01/12/2008 – Gazeta Mercantil

São Paulo, 1 de Dezembro de 2008 - Na economia real, a indústria e seus empregos são apontados pela maior parte dos analistas como os mais impactados pela crise. "No plano externo, a crise impõe à indústria a queda nas exportações, devido à recessão nos países desenvolvidos, e no mercado interno também haverá desaceleração", prevê Fábio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores.

Dados da Pesquisa de Nível de Emprego (PNE) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostram que a indústria paulista demitiu 10 mil trabalhadores em outubro. Tais dispensas estavam previstas apenas para o último bimestre. A

entidade apontou redução de 0,13% no nível de emprego em outubro, em relação a setembro, com ajuste sazonal.

"O resultado de outubro foi razoável, dada a atmosfera de crise, mas a tendência é de decréscimo para os próximos meses. Estamos à beira de um processo de redução da atividade econômica", diz Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp.

"O setor que primeiro vai sentir o impacto é a indústria porque depende fundamentalmente da demanda do comércio e da exportação", diz Clemente Ganz Lúcio, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que prevê um horizonte mais definido no mercado de trabalho a partir de março. "A saída do ciclo de férias é importante e pode indicar uma atitude defensiva da indústria".

Para a RC Consultores, a indústria paulista deve perder metade do fôlego em 2009. Contra os possíveis 6% de crescimento em 2008, "acreditamos que em 2009 esse indicador fique em 3%", diz o sócio-diretor Fábio Silveira.

Perto de 800 mil novos postos de trabalho devem ser gerados no setor dos serviços em 2008, segundo Fábio Romão, economista da LCA Consultores. Para 2009, a expectativa é de cerca de 600 mil novas vagas. O total de novos empregos se equipara ao alcançado em 2005 e 2006. "Os serviços caem 20%, perdem fôlego, mas, considerando o contexto da crise externa e interna, não é um mau desempenho", diz Romão.

Para o comércio, é prevista uma freada mais intensa. Frente aos 405 mil cargos criados em 2007, deve-se chegar a 380 mil neste ano. E, para 2009, a expectativa é de 210 mil novos empregos no setor.

Nos supermercados, carro-chefe do varejo, as vendas continuam crescendo. Segundo o Índice Nacional de Vendas da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em outubro as vendas cresceram 11,48% em comparação ao mesmo mês de 2007. Em relação ao mês anterior, houve uma alta real de 6,62%. No acumulado de janeiro a outubro, o resultado alcançou 9,19%.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 6)(Leda Rosa)